

SUMÁRIO

Apresentação, xxiii

Introdução ao Processo Penal, 1

- 1 A lei e o direito processual penal, 1
 - 2 A ciência processual, 4
 - 3 As categorias fundamentais do processo, 6
 - 3.1 Ação, 6
 - 3.2 Processo, 7
 - 3.3 Jurisdição, 8
 - 3.4 Defesa, 10
 - 3.5 Lide, pretensão e mérito, 11
 - 4 Natureza jurídica do processo penal, 12
 - 5 A instrumentalidade do processo penal, 14
 - 6 A titularidade do *jus puniendi*, 16
 - 7 Sistemas processuais, 18
 - 8 Sistema acusatório brasileiro, 20
 - 9 Evolução histórica e tendências atuais do processo penal no Brasil, 22
-
- 1 **Aplicação e Eficácia da Lei Processual Penal, 27**
 - 1 A base normativa do processo penal, 28
 - 2 Competência legislativa em matéria de processo penal, 28
 - 3 A Constituição e os tratados de direitos humanos, 29
 - 4 Critérios de definição da lei aplicável, 32
 - 5 Interpretação da lei e integração do direito processual penal, 33
 - 5.1 Fontes do direito processual penal, 34

- 5.2 Interpretação quanto aos sujeitos, 35
- 5.3 Métodos de interpretação da lei, 36
- 5.4 Interpretação quanto aos resultados, 37
- 5.5 Mecanismos de integração do direito, 39
- 6 Aplicação da lei processual penal no espaço, 41
 - 6.1 Extradicação, 43
- 7 Aplicação no tempo, 45
 - 7.1 Normas heterotópicas e híbridas ou mistas, 46
 - 7.2 Combinação de leis, 47
 - 7.3 Leis temporárias e excepcionais, 47
 - 7.4 Exceções ao princípio da aplicabilidade imediata, 48
- 8 Aplicação quanto às pessoas, 48
 - 8.1 Imunidades diplomáticas, 49
 - 8.2 Imunidades parlamentares, 49
 - 8.3 Prerrogativas de funções, 52

2 Princípios do Processo Penal, 55

- 1 Princípios como valores do Estado, 56
- 2 Princípios jurídicos e pós-positivismo, 58
- 3 Princípios do processo penal, 62
- 4 Devido processo legal – princípio fundante, 63
 - 4.1 Princípio do contraditório, 64
 - 4.2 Princípio da ampla defesa, 66
 - 4.3 Princípio do juiz natural, 67
 - 4.4 Princípio da fundamentação ou da motivação, 68
 - 4.5 Princípio acusatório, 69
 - 4.6 Princípio liberal de inocência, 71
 - 4.7 Princípio da justa causa, 72
- 5 Princípios que complementam o devido processo legal, 74
 - 5.1 Princípio da publicidade, 74
 - 5.2 Princípio da oficialidade, 75
 - 5.3 Princípio da obrigatoriedade, 76
 - 5.4 Princípio da oralidade, 77
 - 5.5 Princípio da livre valoração da prova, 77
 - 5.6 Princípio da verdade real, 78
 - 5.7 Princípio da identidade física do juiz, 81
 - 5.8 Princípio do promotor natural, 82
 - 5.9 Princípio da proporcionalidade, 83
 - 5.10 Princípio da economia processual, 85
 - 5.11 Princípio da isonomia processual, 86
 - 5.12 Princípio do “favor rei”, 87
 - 5.13 Princípio da não autoincriminação, 88

3 Inquérito Policial, 91

- 1 Conceito e notícia histórica, 91
- 2 Finalidade do inquérito policial, 92
- 3 Natureza jurídica do inquérito, 94
- 4 Forma e prazo, 95
- 5 Instauração, 96
 - 5.1 Instauração e *notitia criminis*, 98
 - 5.2 Requisição pelo juiz e pelo Ministério Público, 99
- 6 O poder de polícia e as diligências do inquérito, 100
- 7 Questões polémicas no inquérito, 102
 - 7.1 Indiciamento, 102
 - 7.2 Indiciamento e foro privilegiado, 105
 - 7.3 Identificação criminal, 106
 - 7.4 Identificação criminal pelo DNA, 109
 - 7.5 Sigilo, 111
 - 7.6 Incomunicabilidade, 114
 - 7.7 Nomeação de curador ao indiciado menor de 21 anos, 115
- 8 Relatório final, 117
- 9 Defesa no inquérito, 118
- 10 Valor probante, 120
- 11 Trancamento do inquérito, 122
- 12 Arquivamento, 123
 - 12.1 Arquivamento implícito, 126
 - 12.2 Recursos, 127
- 13 A investigação pelo Ministério Público, 128

4 Ação Penal, 135

- 1 Condições da ação penal, 135
- 2 Condições objetivas de punibilidade e condições de procedibilidade, 138
- 3 Classificação da ação penal, 141
- 4 Ação penal de iniciativa pública, 143
 - 4.1 Princípios, 144
 - 4.2 Ação penal pública condicionada, 145
 - 4.2.1 Representação, 146
 - 4.2.2 Representação: titularidade, prazo e retratação, 147
 - 4.2.3 Requisição do Ministro da Justiça, 151
- 5 Ação penal de iniciativa privada, 152
 - 5.1 Princípios, 153
 - 5.2 Espécies, 155
 - 5.2.1 Ação penal de iniciativa privada propriamente dita, 155
 - 5.2.2 Ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública, 157
 - 5.2.3 Ação penal de iniciativa personalíssima, 158
 - 5.3 Queixa, 159

- 5.3.1 Queixa: titularidade e prazo, 160
- 5.4 Decadência, renúncia, perdão e preempção, 164
- 6 Ação penal popular, 166
- 5 Ação Civil *Ex Delicto*, 169**
 - 1 Indenização mínima imposta na sentença penal condenatória, 170
 - 2 Execução da sentença penal condenatória, 171
 - 3 Ação civil de indenização, 173
 - 4 Indenização em caso de sentença absolutória, 174
- 6 Sujeitos Processuais, 177**
 - 1 O acusado, 178
 - 2 O defensor, 179
 - 2.1 A Defensoria Pública, 183
 - 3 Ministério Público, 185
 - 3.1 O princípio do promotor natural, 188
 - 3.2 Assistente da acusação, 190
 - 4 O querelante, 192
 - 5 O ofendido, 192
 - 6 O juiz penal, 193
 - 7 Auxiliares da justiça e peritos, 198
- 7 Procedimento Comum Ordinário, 201**
 - 1 O esquema procedimental brasileiro, 202
 - 2 Procedimento comum ordinário, 204
 - 2.1 Procedimento comum e pena máxima, 205
 - 2.2 Procedimento comum e conexão, 207
 - 3 Denúncia e queixa, 208
 - 3.1 Oferecimento e recebimento da denúncia ou queixa, 210
 - 3.2 Indeferimento por inépcia e a rejeição da peça acusatória, 212
 - 3.3 Aditamento da inicial, 215
 - 3.4 Imputação alternativa, 216
 - 3.5 Requerimentos da denúncia ou queixa, 216
 - 3.6 A possibilidade do litisconsórcio ativo, 217
 - 4 Citação, 217
 - 4.1 Citação real, 219
 - 4.2 Citação por edital, 220
 - 4.2.1 Citação por edital e suspensão do processo, 221
 - 4.3 Citação com hora certa, 224
 - 4.4 Revelia, 226
 - 5 Resposta inicial, 227
 - 6 Possibilidade de absolvição sumária, 229
 - 7 Audiência de instrução e julgamento, 232
 - 7.1 Declarações do ofendido, 234

- 7.2 Depoimentos testemunhais, 235
 - 7.3 Esclarecimentos dos peritos, 237
 - 7.4 Acareações, 238
 - 7.5 Reconhecimento de pessoas ou coisas, 238
 - 7.6 Interrogatório do acusado, 238
 - 8 Requerimentos de diligências, 239
 - 9 Debate da causa, 241
 - 10 Sentença penal, 243
 - 10.1 Despachos, 244
 - 10.2 Decisões interlocutórias, 244
 - 10.3 Sentença em sentido estrito, 246
 - 10.4 Estrutura material da sentença, 247
 - 10.4.1 Estrutura material e correlação fática da sentença, 250
 - 10.4.2 *Emendatio libelli*, 250
 - 10.4.3 *Mutatio libelli*, 252
 - 10.4.4 Reconhecimento de agravante na sentença, 256
 - 10.4.5 Condenação do réu em face do pedido de absolvição, 257
 - 10.5 Estrutura formal da sentença, 258
 - 10.6 Decisão colegiada nos crimes de organizações criminosas, 260
 - 10.7 Sentença penal e seus efeitos, 261
 - 10.7.1 Sentença absolutória, 262
 - 10.7.2 Sentença condenatória, 263
 - 10.8 Efeitos da sentença em relação ao juiz, 266
 - 10.9 Coisa julgada penal, 266
 - 10.10 Publicação e intimação da sentença, 270
 - 11 Prazo para conclusão do processo comum ordinário, 272
- 8 Procedimento Comum Sumário, 275**
- 1 Hipóteses de aplicação do procedimento sumário, 275
 - 2 Mecânica do procedimento, 276
 - 3 Prazo de duração do processo, 278
- 9 Tribunal do Júri, 281**
- 1 A eterna polêmica sobre o júri, 283
 - 2 Origem histórica, 285
 - 2.1 O júri no Brasil, 286
 - 3 O júri na CF de 1988, 288
 - 3.1 Plenitude da defesa, 289
 - 3.2 Sigilo das votações, 290
 - 3.3 Soberania dos veredictos, 290
 - 4 Competência do tribunal do júri, 291
 - 5 A organização do júri e a função dos jurados, 294
 - 6 Procedimento bifásico, 297
 - 6.1 Juízo da acusação, 298

- 6.1.1 Desclassificação do crime, 299
- 6.1.2 Absolvição sumária do réu, 300
- 6.1.3 Impronúncia, 302
- 6.1.4 Pronúncia, 303
- 6.1.5 Pronúncia e *mutatio libelli*, 307
- 6.1.6 Despronúncia, 307
- 6.2 Juízo da causa, 308
 - 6.2.1 Preparação do processo, 308
 - 6.2.2 Designação do julgamento, 310
 - 6.2.3 Desaforamento, 310
- 6.3 Instalação do julgamento em plenário, 314
- 6.4 Instrução em plenário, 316
- 6.5 Debates, 319
 - 6.5.1 Restrições ao debate, 321
 - 6.5.2 Inovação na tréplica, 323
- 6.6 Formulação e votação dos quesitos, 324
- 6.7 Sentença do juiz-presidente, 329
- 6.8 Recursos, 331

10 Juizado Especial Criminal, 333

- 1 Justificativas para a instituição dos juizados criminais, 333
- 2 A crítica aos juizados especiais, 335
- 3 Princípios, 339
- 4 Competência, 340
- 5 Infração de menor potencial ofensivo, 341
 - 5.1 Contravenções penais, 343
 - 5.2 Infração de menor potencial ofensivo e Estatuto do Idoso, 344
- 6 Violência doméstica e familiar contra a mulher, 344
- 7 Procedimentos especiais, 346
- 8 Execução de penas, 347
- 9 O procedimento na Lei nº 9.099/95, 348
 - 9.1 Audiência preliminar, 349
 - 9.2 Procedimento sumaríssimo, 351
 - 9.3 Transação penal, 353
 - 9.4 Cumprimento da transação, 356

11 Procedimentos Especiais, 357

- 1 Crimes de falência, 359
 - 1.1 Procedimento, 359
 - 1.2 A ação penal, 360
 - 1.3 Prescrição da ação penal, 361
 - 1.4 Competência, 361
- 2 Crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, 362
 - 2.1 Procedimento e defesa preliminar, 363

- 2.2 Competência, 365
- 3 Crimes contra a honra, 366
 - 3.1 Ação penal, 366
 - 3.2 Pedido de explicações em juízo, 367
 - 3.3 Procedimento, 368
 - 3.4 Audiência de reconciliação, 368
 - 3.5 Exceção da verdade, 369
 - 3.6 Competência, 370
- 4 Crimes contra a propriedade imaterial, 371
 - 4.1 Procedimento, 371
 - 4.2 Ação penal, 372
 - 4.3 Providências preparatórias da ação penal, 373
 - 4.4 Competência, 374
- 5 Crimes de drogas, 375
 - 5.1 Aplicação da Lei nº 9.099/95, 376
 - 5.2 Procedimento nos crimes de produção e tráfico de drogas, 377
 - 5.3 Recolhimento do réu à prisão, 378
 - 5.4 Investigação policial, 380
 - 5.5 Ação penal, 381
 - 5.6 Competência, 381
- 6 Crimes de imprensa, 382
 - 6.1 Competência, 383
- 7 Crimes eleitorais, 383
 - 7.1 Ação penal, 385
 - 7.2 Procedimento, 386
 - 7.3 Competência, 388
- 12 Suspensão Condicional do Processo, 391**
 - 1 Suspensão do processo e princípio liberal de inocência, 391
 - 2 Admissibilidade da suspensão, 392
 - 3 Requisitos, 395
 - 4 Momento e condições do *sursis* processual, 399
 - 5 Proposta de suspensão e sua homologação, 400
 - 6 Período de prova, 401
 - 7 Revogação do benefício, 402
 - 8 Cumprimento das condições e extinção da punibilidade, 403
- 13 Questões e Processos Incidentes, 405**
 - 1 As questões prejudiciais, 406
 - 2 As exceções, 407
 - 2.1 Espécies, 408
 - 3 Restituição das coisas apreendidas, 409
 - 4 Incidente de falsidade documental, 410
 - 5 Incidente de insanidade mental do acusado, 411

14 Competência Penal, 415

- 1 Competência funcional e material, 416
- 2 Fixação da competência, 418
- 3 A instituição dos órgãos judiciários e suas competências na CF, 419
- 4 Jurisdições especiais, 420
 - 4.1 Justiça do Trabalho, 420
 - 4.2 Justiça Eleitoral, 421
 - 4.3 Justiça Militar, 422
 - 4.3.1 Crimes militares, 423
 - 4.3.2 Regras casuísticas, 424
 - 4.4 Justiça Política, 426
- 5 Jurisdição comum, 428
 - 5.1 Justiça Federal, 428
 - 5.2 Justiças Estaduais, 430
 - 5.3 Concurso entre as jurisdições federal e estadual, 430
- 6 Tribunal do júri, 431
- 7 Juizados especiais criminais, 432
- 8 Tribunal penal internacional, 433
- 9 A determinação da competência no CPP, 434
 - 9.1 Competência *ratione loci*, 434
 - 9.2 Competência *ratione materiae*, 436
 - 9.3 Competência *ratione personae*, 437
- 10 Foro por prerrogativa de função, 439
 - 10.1 Casos específicos de foro por prerrogativa de função, 442
- 11 A competência por distribuição, conexão, continência e prevenção, 444
 - 11.1 *Forum attractionis* em caso de conexão ou continência, 446
 - 11.2 Separação de processos, 447
 - 11.3 *A perpetuatio jurisdictionis*, 448
- 12 Competência absoluta e relativa, 449
 - 12.1 Competência material absoluta e juiz natural, 452
- 13 Conflito de competência, 453
- 14 Conflito de atribuições, 455

15 Teoria Geral da Prova, 457

- 1 O problema da verdade, 457
- 2 A verdade no processo penal, 459
 - 2.1 O problema da verdade real, 460
- 3 Objeto da prova, 461
- 4 A prova na história, 462
- 5 O direito à prova, 465
- 6 Produção da prova, 467
 - 6.1 Produção antecipada de prova, 468
- 7 Finalidade, 469

- 8 Princípios, 470
- 9 Classificação das provas, 471
- 10 Ônus da prova, 471
- 11 Gestão da prova e os poderes instrutórios do juiz, 473
- 12 A prova emprestada, 478
 - 12.1 A prova encontrada, 479
- 13 O problema das provas ilícitas, 479
 - 13.1 Provas ilegais, 480
 - 13.2 Provas ilegítimas, 481
 - 13.3 Provas ilícitas e o princípio da proporcionalidade, 482
 - 13.4 Prova ilícita em benefício do réu, 484
 - 13.5 Prova ilícita por derivação, 484
 - 13.6 Desentranhamento da prova ilícita, 486
- 16 As Provas em Espécie, 487**
 - 1 Interrogatório do réu, 488
 - 1.1 Natureza do interrogatório, 488
 - 1.2 Momento processual oportuno, 490
 - 1.3 Características do interrogatório, 491
 - 1.4 Formas especiais de interrogatório, 492
 - 1.5 Direito ao silêncio, 493
 - 1.6 Direito de não dizer a verdade, 495
 - 1.7 Formalidades e métodos do interrogatório, 496
 - 1.8 Interrogatório por videoconferência, 497
 - 2 Confissão, 502
 - 2.1 Espécies doutrinárias, 504
 - 2.2 Caracteres da confissão, 504
 - 2.3 Confissão e direito ao silêncio, 505
 - 3 Prova testemunhal, 506
 - 3.1 O testemunho, 506
 - 3.2 As testemunhas em juízo, 508
 - 3.3 Número de testemunhas e os poderes instrutórios do juiz, 511
 - 3.4 Tutela penal do depoimento, 513
 - 3.5 Proteção à testemunha, 513
 - 4 O exame de corpo de delito, 514
 - 5 Perícias, 516
 - 6 Documentos, 518
 - 7 Indícios, 520
 - 8 Reconhecimento de pessoas e coisas, 521
 - 9 Declarações do ofendido, 522
 - 10 Interceptação telefônica, 523
 - 10.1 Espécies, 524
 - 10.2 Procedimento, 525

- 10.3 A inviolabilidade das comunicações telefônicas, 528
- 10.4 A inviolabilidade da correspondência, da comunicação telegráfica e dos *e-mails*, 529
- 10.5 A inviolabilidade das comunicações de dados, 530
- 11 Intercepção ambiental, 532
- 12 Quebra de sigilo bancário, 533
- 13 Delação premiada, 536
- 14 Prova pelo DNA, 539

- 17 O Sistema das Nulidades Processuais, 543**
 - 1 Natureza jurídica das nulidades processuais, 545
 - 2 Nulidades quanto à gravidade do vício, 545
 - 2.1 Atos irregulares, 546
 - 2.2 Atos inexistentes, 546
 - 2.3 Nulidade absoluta, 546
 - 2.4 Nulidade relativa, 547
 - 2.5 Anulabilidade do ato, 549
 - 3 Princípios que informam o sistema de nulidades, 550
 - 4 Rol das nulidades, 552
 - 4.1 Nulidades em face do CPP, 553
 - 4.1.1 Nulidades sanáveis, 564
 - 4.2 Nulidades em face da CF, 565
 - 5 Arguição e decreto de nulidade, 566

- 18 O Processo Cautelar Penal, 569**
 - 1 Ação e processo cautelar, 570
 - 2 Cautelaridade penal e liberalismo, 571
 - 3 O sistema da cautelaridade no CPP, 574
 - 4 Poder cautelar do juiz e sistema acusatório, 576

- 19 Prisão Preventiva, 579**
 - 1 Natureza da prisão preventiva, 583
 - 2 Antecedentes no direito comparado, 585
 - 3 A lei aplicável, 587
 - 4 Requisitos legais – o *fumus boni juris* ou *fumus commissi delicti*, 589
 - 4.1 Prova da existência do crime, 589
 - 4.2 Índícios suficientes de autoria, 592
 - 5 Finalidades da prisão preventiva – *periculum in mora* ou *periculum libertatis*, 594
 - 5.1 Garantia da ordem pública, 598
 - 5.2 Garantia da ordem econômica, 604
 - 5.3 Conveniência da instrução criminal, 607
 - 5.4 Certeza de aplicação da lei penal, 609
 - 5.5 Descumprimento de obrigações impostas por medidas cautelares alternativas, 611

- 6 Aspectos processuais e casos específicos, 612
 - 6.1 Momento da decretação e princípio do contraditório, 613
 - 6.2 Natureza da decisão, 615
 - 6.3 Autoridade competente, 615
 - 6.4 Proibição da custódia preventiva, 617
 - 6.5 Recurso cabível, 618
 - 6.6 Prisão preventiva e a Lei do Desarmamento, 619
 - 6.7 Prisão preventiva nos crimes de falência, 620
 - 6.8 O Código de Processo Penal Militar, 621
 - 6.9 Prisão preventiva no Estatuto do Estrangeiro, 621
 - 6.10 Prisão preventiva e violência doméstica, 623
 - 6.11 Citação por edital e prisão preventiva, 623
 - 6.12 Primariedade e bons antecedentes, 624
 - 6.13 Encarceramento, 625
 - 6.14 Duração da custódia, 626

20 Prisão em Flagrante, 629

- 1 Estado de flagrância, 631
- 2 Espécies doutrinárias, 635
- 3 As garantias constitucionais na prisão em flagrante, 637
- 4 Flagrante em crime permanente, habitual e continuado, 639
- 5 Flagrante nos crimes formais, 640
- 6 Flagrante na Lei nº 9.099/95, 641
- 7 Flagrante na Lei Antidrogas, 642
- 8 Flagrante em crime de ação privada, 642
- 9 Auto de prisão em flagrante, 643
- 10 Nomeação de curador, 646
- 11 Remessa do auto de prisão em flagrante ao juiz, 647
- 12 Conversão do flagrante em prisão preventiva, 649
- 13 Proibição da prisão em flagrante, 652
- 14 Apresentação espontânea do autor do crime, 653

21 Prisão Temporária, 655

- 1 Natureza cautelar da prisão temporária, 656
- 2 Requisitos legais, 656
- 3 Prisão temporária e prisão preventiva, 659
- 4 Decretação e prazo de duração, 660
- 5 Análise crítica, 662

22 Outras Modalidades de Prisões Processuais, 665

- 1 Prisão decorrente de pronúncia, 665
- 2 Prisão domiciliar, 667
- 3 Prisão extrapenal, 668

23 A Garantia do Devido Processo Legal e as Prisões Processuais, 671

- 1 Princípios garantistas, 672
- 2 Presunção de inocência e prisão processual, 675
- 3 O princípio da fundamentação e a prisão processual, 677
- 4 Prisão provisória e as garantias constitucionais, 680
- 5 O uso de algemas, 681
- 6 Prisão especial, 683
- 7 Indenização pela prisão ilegal ou injusta, 684

24 Liberdade Provisória, 689

- 1 Natureza jurídica, 691
- 2 Espécies, 692
- 3 O regime jurídico da liberdade provisória, 693
 - 3.1 A liberdade provisória proibida, 695
 - 3.2 Liberdade provisória e crimes hediondos, 697
 - 3.3 Primariedade e bons antecedentes, 699
 - 3.4 Liberdade provisória, relaxamento da prisão e revogação da custódia preventiva, 699
 - 3.5 Recurso cabível, 700
- 4 Fiança, 701
 - 4.1 Arbitramento da fiança, 702
 - 4.2 Crimes inafiançáveis, 703
 - 4.3 Valor da fiança, 703
 - 4.4 Cassação, quebra, perda e fiança sem efeito, 704
 - 4.5 Esvaziamento do instituto, 705
 - 4.6 Recurso em caso de fiança, 706

25 Buscas, Medidas Assecuratórias e Medidas Cautelares Alternativas, 707

- 1 Buscas penais e liberdades públicas, 708
- 2 Busca domiciliar, 709
- 3 Inviolabilidade do domicílio e a busca domiciliar, 711
- 4 A inviolabilidade do escritório de advocacia, 714
- 5 Busca pessoal, 716
- 6 Inviolabilidade da pessoa e a busca pessoal, 717
- 7 Medidas assecuratórias, 722
 - 7.1 Sequestro, 722
 - 7.2 Arresto, 724
 - 7.3 Hipoteca legal, 726
- 8 Produção antecipada de prova, 727
- 9 Medidas cautelares alternativas à prisão, 728
 - 9.1 Procedimento das medidas cautelares alternativas, 732
- 10 Medidas protetivas de urgência, 734

26 Teoria Geral dos Recursos, 737

- 1 Fundamentos do duplo grau de jurisdição, 738
- 2 Natureza jurídica, 739
- 3 Pressupostos, 740
- 4 Princípios, 743
- 5 Efeitos, 745
- 6 Decisões recorríveis, 746

27 Recursos em Espécies, 747

- 1 Recurso em sentido estrito, 747
 - 1.1 Cabimento do recurso, 748
 - 1.2 Processamento, 756
 - 1.3 Efeitos, 758
- 2 Apelação, 758
 - 2.1 Caracteres, 759
 - 2.2 Espécies, 760
 - 2.3 Cabimento do recurso, 760
 - 2.3.1 Apelação contra decisões do juiz singular, 761
 - 2.3.2 Apelação no procedimento do Tribunal do Júri, 763
 - 2.4 Processamento, 766
 - 2.4.1 Apelação sumária e ordinária, 767
 - 2.4.2 Apelação deserta, 768
 - 2.5 O problema da *reformatio in pejus* e *reformatio in melius*, 769
 - 2.6 Efeitos, 770
- 3 Embargos, 771
 - 3.1 Embargos de declaração, 771
 - 3.2 Embargos infringentes, 772
 - 3.3 Embargos de divergência, 773
- 4 Revisão criminal, 773
 - 4.1 Processamento, 775
 - 4.2 Efeitos, 777
- 5 Carta testemunhável, 778
 - 5.1 Processamento, 779
 - 5.2 Efeitos, 779
- 6 Correição parcial, 780
- 7 Agravos, 781
 - 7.1 Agravo de instrumento, 781
 - 7.2 Agravo em execução, 782
 - 7.3 Agravo regimental, 783
- 8 Reclamação nos tribunais, 783
 - 8.1 Procedimento da reclamação, 784

28 Recursos Constitucionais em Matéria Criminal, 787

- 1 Recurso ordinário, 787

- 1.1 Recurso ordinário no STF, 788
- 1.2 Recurso ordinário no STJ, 790
- 2 Recurso especial, 790
 - 2.1 Hipóteses de cabimento, 791
 - 2.2 Pressupostos e processamento, 792
- 3 Recurso extraordinário, 794
 - 3.1 Hipóteses de cabimento, 795
 - 3.2 Pressupostos e procedimento, 796

29 Os Instrumentos Clássicos de Tutela da Liberdade Individual, 799

- 1 O *habeas corpus*, 799
 - 1.1 Origem histórica, 800
 - 1.2 O *habeas corpus* no Brasil, 801
 - 1.3 Natureza jurídica, 803
 - 1.4 Espécies, 804
 - 1.5 Sujeitos intervenientes, 804
 - 1.6 Hipóteses de impetração, 806
 - 1.7 Restrição constitucional, 809
 - 1.8 Competência, 809
 - 1.9 Procedimento, 812
 - 1.10 Efeitos da decisão que concede o *habeas corpus*, 815
 - 1.11 Recursos, 816
- 2 O mandado de segurança, 817
 - 2.1 Competência e procedimento, 820
- 3 O *habeas data*, 821

30 Atos e Prazos Processuais, 825

- 1 Formalização dos atos processuais: termos, autos e laudos, 826
- 2 Prazos, 828
 - 2.1 Espécies de prazos, 828
 - 2.2 Contagem dos prazos, 829
 - 2.3 Prazos para acusação e defesa, 831
- 3 Comunicação dos atos processuais, 831
 - 3.1 Citação, 832
 - 3.2 Intimação e notificação, 832
 - 3.3 Formas das intimações e notificações, 833
 - 3.4 Cartas precatórias, 834
 - 3.5 Cartas rogatórias, 834

31 O Processo de Execução Penal, 837

- 1 Natureza da execução penal, 837
- 2 Teorias sobre a pena, 840
 - 2.1 Teorias retribucionistas ou absolutas, 841
 - 2.2 Teorias preventivas ou relativas, 842

- 2.3 Teorias mistas ou ecléticas, 843
- 2.4 Teorias da prevenção geral positiva, 843
- 2.5 Teorias ressocializadoras, 844
- 2.6 Teorias radicais, 845
- 3 Sistemas penitenciários, 846
- 4 A LEP e seus fins, 848
- 5 Os direitos do condenado, 850
- 6 Espécies de penas, 853
 - 6.1 Pena privativa de liberdade, 853
 - 6.2 Pena de multa, 854
 - 6.3 Penas alternativas ou restritivas de direitos, 854
- 7 Órgãos da execução penal, 855
 - 7.1 Competência do juízo da execução, 858
- 8 Procedimento da execução penal, 859
 - 8.1 Perfil genético do condenado, 860
 - 8.2 Incidentes da execução, 862
 - 8.3 Recursos no processo de execução, 862
- 9 Estabelecimentos penais, 863
- 10 Cumprimento das penas restritivas de direitos, 864
- 11 Execução da pena de multa, 867
- 12 Regimes de cumprimento das penas privativas de liberdade, 868
 - 12.1 Progressão, 869
 - 12.2 O exame criminológico para a progressão de regime, 871
 - 12.3 Autorizações de saídas e monitoração eletrônica, 873
 - 12.4 Remição de pena, 874
 - 12.5 Livramento condicional, 876
 - 12.6 Disciplina na prisão e o regime disciplinar diferenciado (RDD), 878
 - 12.7 Acompanhamento eletrônico do cumprimento de pena, 880
- 13 A crise da execução penal e a questão carcerária, 880

Bibliografia, 887